

Ministério do Planejamento faz reunião para discutir Carreira Docente

Representantes do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento participaram na tarde da última segunda-feira (10) de reunião para discutir o projeto de mudanças para a Carreira Docente. A pauta do encontro, com o detalhamento das propostas do Ministério, pode ser conferida abaixo.

Na última terça-feira (11), a Diretoria Executiva da ADUFPB examinou o documento e fez algumas considerações, ainda em caráter preliminar, sobre o teor da proposta, cujas opiniões vêm a seguir. Quanto ao Andes, já foi agendada uma reunião do Setor das IFES, dias 21, 22 e 23 de agosto, em Brasília. A primeira questão que merece ser destacada é a da criação de uma nova categoria, intitulada “Professor Sênior”, acima da classe de Professor Associado, com equivalência de rendimentos, entre o Nível IV da “nova classe” com os rendimentos do cargo de titular.

De acordo com o presidente da ADUFPB, Jaldes Reis de Meneses, em princípio a proposta de uma nova classe de carreira é positiva, uma vez que a margem de progresso atual da carreira ainda é estreita, principalmente para os professores novos. Mas, segundo ele, há uma série de detalhes a serem definidos de modo que a mudança não represente qualquer perda para outros segmentos da categoria.

Segundo Jaldes, “a idéia da nova classe de carreira, rigorosamente, não é nova nem do Ministério do Planejamento. Circula em debates sobre a carreira docente há uns cinco anos. O princípio é de espelhar a carreira com as práticas de pesquisas, no qual o pesquisador sênior tem um estatuto, junto com o titular, de coordenador. Vindo com a manutenção do retido, é bem-vindo, e inclusive fortalece a dedicação exclusiva. Também é importante

observar que em nossa carreira atual, a diferença remuneratória entre o Professor Associado e o Titular, ápice da carreira, é de apenas 3%, na prática desestimulando a condição acadêmica de titular. Assim, a nova classe, permite novos estímulos, e certamente o aumento da remuneração do titular. Mas é preciso examinar todos os detalhes com atenção.”

No entanto, em outros pontos, a diretoria da ADUFPB lembra que a todo um passivo atinente à unificação das Carreiras de Terceiro Grau e da Educação Básica e Tecnológica. Aliás, esse foi o principal motivo da própria organização da referida Comissão ao Ministério do Planejamento.

Um dos passivos é solucionar a questão da diferença no tempo necessário para ascensão dos professores de ensino básico e tecnológico e de nível superior, atualmente, de 18 meses na Carreira de Ensino Básico e Tecnológico, e 24 meses, no terceiro ano. O fato é que, atualmente, o progresso horizontal de uma classe similar é de 6 anos na educação básica e tecnológica e de 8 no terceiro grau.

Na análise da Diretoria Executiva da ADUFPB, qualquer plano de carreira precisa, ao ser implementado, deve definir regras claras de transição entre as carreiras novas e as antigas. É necessário, ainda, solucionar a questão da paridade e isonomia de remuneração entre os ativos e os aposentados.

“Consideramos o diálogo de parte a parte fundamental para que haja realmente um salto qualitativo na carreira docente. Mas consideramos que os pontos precisam ser debatidos por toda a categoria. Por isso, iremos percorrer todos os centros e departamentos da universidade discutindo essas mudanças”, afirma o professor Jaldes Meneses.

RELATÓRIO DA REUNIÃO NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Data – 10 de agosto de 2009

Local: Ministério do Planejamento – Bloco C

Horário – 15h40 às 17 horas

Tema – Carreira Docente para o Ensino Superior

PRESENTES

- **Pelo Ministério:** Duvanier, Secretário de RH, Maria Gabriela, Claudia Gomes e Maria Luiza, assessores
- **Pelo ANDES – SN:** Alberto Franke e Fernando Pires
- **Pelo Proifes:** Eduardo, Eliane, Vilmar

Primeiro momento da reunião

O Secretário Duvanier abriu a reunião referindo que a mesma dava continuidade às

discussões que vem sendo feitas com as entidades representativas dos servidores docentes na perspectiva de ajustes nas Carreiras. Disse que o processo está praticamente concluído no que se refere à Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e que a reunião destinava-se a colocar para as entidades a proposta de ajuste que o Ministério estava trabalhando para a Carreira do Magistério do Ensino Superior.

De imediato comunicou que o ajuste que está sendo pensado, pela SRH, prevê a criação de uma nova classe docente (Professor Sênior) acima da classe de associado, além de dois adicionais de remuneração (Pós Lato Sensu e Preceptorial).

O Secretário teceu breves considerações

sobre esses pontos e disse tratar-se de um comunicado que estava sendo feito no curso da construção desse ajuste, portanto, ainda sujeito a aperfeiçoamentos e complementações, mas dava conta de expor as movimentações do Ministério.

Após isso, a representação do Proifes, fez uma fala cumprimentando o Secretário pela iniciativa que dava curso, ainda que com atraso, ao acordo que havia sido assinado pela entidade com o Governo. Solicitou alguns esclarecimentos sobre o que havia sido apresentado e voltou a cumprimentar o Secretário pela iniciativa que havia tomado em relação aos professores substitutos, emitindo portaria normativa referente ao salário desses docentes.

O Secretário, com a ajuda de sua assessoria, buscou esclarecer as indagações, reafirmando tratar-se de medidas que ainda estavam sendo finalizadas e que estavam sendo anunciadas naquele momento com a perspectiva de colher contribuições.

A representação do ANDES-SN manifestou-se colocando três preliminares com respeito à reunião.

A primeira no sentido de que os convites às reuniões se dessem com maior antecedência e mais clareza em relação a seu objeto de discussão, o que permitiria uma melhor preparação da discussão e também em função do deslocamento dos representantes da Entidade, na medida em que os contatos feitos para essa reunião, por telefone, haviam sido vagos quanto à pauta.

A segunda expôs a necessidade de que as propostas fossem apresentadas formalmente, por meio de documentos mais precisos quanto ao que pretende o Ministério, o que evitaria dúvidas e outras interpretações, comuns quando expressas de forma verbal, tal qual ocorreu durante a reunião.

A terceira preliminar cobrou a definição de um processo mais bem estruturado e sistemático para tratar da questão da carreira, com definições claras sobre o que tratar e de quem dele participará.

Nesse momento alertou-se para a posição do ANDES-SN, de defesa de uma Carreira Única para os docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior, bem como acerca das dificuldades que o emprego de medidas isoladas em relação à carreira vem acarretando, trazendo prejuízos aos docentes e obrigando a busca por medidas corretivas, como as que decorreram do acordo que o ANDES-SN, por definição de suas assembleias de base, entendeu não assinar.

Na sequência, os representantes do Sindicato fizeram a entrega, ao Secretário, da Certidão de Registro Sindical do ANDES-SN assinada pelo Ministro do Trabalho, formalidade que repara uma injustiça cometida pelo governo contra o Sindicato.

Após isso foi reafirmou a disposição do ANDES-SN para participar de um processo de discussão sobre a Carreira Docente que pudesse considerá-la não como um instrumento para resolver questões que devem ser trabalhadas na definição de uma política salarial, mas como um estatuto que, a par de garantir a estruturação da carreira, as regras de progressão nessa estrutura, um plano de capacitação docente para o magistério, se constituísse em importante recurso para assegurar o trabalho docente de qualidade e socialmente referenciado, preservando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Indicou-se a necessidade de uniformização por parte dos RH das IFES quanto à aplicação da Portaria Normativa que trata dos professores substitutos, na medida em que vários questionamentos têm sido apresentados pelos docentes quanto a aspectos referentes à sua interpretação.

Os representantes do ANDES-SN entregaram ao Secretário um documento, da Diretoria do Sindicato expressando o seu posicionamento contrário à extinção do Regime de Dedicção Exclusiva (posição

referendada pelo 54º CONAD) e com liberações sobre esse tema. Solicitou-se esclarecimento ao Secretário sobre essa questão, até mesmo porque não se teve mais notícias a esse para além de uma Minuta de Portaria, a que tivemos acesso.

Completando sua intervenção nesse primeiro momento da reunião, os representantes do ANDES-SN entregaram novamente ao Secretário Duvanier a Pauta de Reivindicações dos Docentes das IFES, relativas à Campanha 2009, indicando que nessa pauta está apresentada uma proposta salarial que corrige as distorções provocadas pelo acordo, com reflexos na Carreira e que isso se constitui em ponto de partida para se poder trabalhar na construção de uma Carreira Única. Também foram feitos pedidos de esclarecimento sobre o que havia sido apresentado pelo Secretário.

SEGUNDO MOMENTO

Na continuidade da reunião, com falas diversas dos participantes e intervenções do Secretário, foram abordadas diversas questões, sobre as quais se levantaram os seguintes entendimentos e posicionamentos:

1) REGIME DE TRABALHO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

O Ministério vai manter o Regime de D.E. e o Secretário disse ser totalmente contrário a sua extinção, embora entenda que é preciso acompanhar as mudanças que naturalmente ocorrem (?).

Sinalizou vagamente, o Sr. Duvanier, com a possibilidade de aperfeiçoamento da proposta que havia sido apresentada em reunião anterior sobre esse tema.

2) CRIAÇÃO DE NOVA CLASSE (PROFESSOR SÊNIOR)

Esta classe seria criada acima da classe de Professor Associado, com equivalência de rendimentos, entre o Nível IV da "nova classe" com os rendimentos do cargo de titular. De imediato isso não teria efeito na medida em que seria preenchida pelo processo de progressão do Associado, que terá consequências futuras (talvez em meados de 2011/2012).

3) CRIAÇÃO DE ADICIONAL PÓS LATO SENSU

Trata-se de mais uma modalidade de remuneração salarial que se coloca no âmbito do processo de autonomia de gestão das universidades e que permitirá que essas possam remunerar adicionalmente aos professores que atuam em Cursos de Especialização que tenham recursos captados pelas fundações "ditas de apoio". Segundo o Secretário a idéia não está completamente definida e não há previsão de valores.

4) CRIAÇÃO DE ADICIONAL DE PRECEPTORIA

Esta também seria uma nova modalidade de remuneração salarial, no entanto, para aplicação exclusiva no âmbito dos HU, para docentes vinculados a Residências Médicas e Internatos. Coloca-se no âmbito do processo de reestruturação dos HU.

Obs.: Indagado sobre quando o Ministério estará com posição mais precisa sobre esses ajustes o secretário respondeu que o tempo de fechamento para isso é "o mês de agosto"!

5) INSTRUÇÃO NORMATIVA SOBRE REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS

Ficou acordado com as entidades que a medida que forem sendo questionadas pelos docentes e tomarem conhecimento de situações consideradas inapropriadas, referentes ao cumprimento da I.N., deverão informar a Secretaria de RH que tomará as providências necessárias à solução dos problemas.

6) ARTIGO 192

As questões referentes à necessidade de uma posição definitiva sobre os direitos adquiridos pelos docentes em relação à aplicação desse artigo deverá ser objeto de consideração da Secretaria, tendo havido promessa de que o assunto será analisado buscando-se um encaminhamento e uniformização de trato por parte dos RH das universidades. O ANDES-SN comprometeu-se a enviar para o Ministério os pareceres jurídicos de sua AJN que tratam dessa matéria.

7) PROGRESSÃO NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Quando o Secretário foi instado sobre a discussão da carreira do ensino básico respondeu que o ajuste foi feito na Lei nº 11.784/08 e que não haveria mais assuntos pendentes, inclusive a progressão de 18 meses. Em resposta à argumentação de que os RH das universidades não estavam cumprindo o texto da lei respondeu que iria verificar com sua assessoria.

8) PASSIVO DA RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO DOS DOCENTES SUBSTITUTOS

Tendo em vista que a Portaria Normativa nº 02/09 da SRH sobre a remuneração dos professores substitutos foi publicada apenas em 17/07/2009, foi questionado como o governo vai proceder com o passivo da rubrica referente à RT dos professores substitutos referente ao período de março de 2008 a julho de 2009? O Secretário respondeu que vai analisar esse assunto.

9) PAUTA DE RIVINDICAÇÃO DOS DOCENTES DAS IFES

O Secretário, questionado pelos representantes do ANDES-SN, após o encerramento da Reunião, quanto à necessidade de reuniões específicas para tratar da Campanha 2009, uma vez que ainda não se obteve nenhum retorno do Ministério, prometeu agendar uma reunião e comunicar ao Sindicato.

TERCEIRO MOMENTO

O final da reunião foi dedicado a garantir a continuidade das discussões. Nesta perspectiva foi agendada nova reunião, a ser confirmada pelo Ministério, para o período de 24 a 26 de agosto, tendo como pauta a apresentação de respostas às questões levantadas e a continuidade de discussões sobre a Carreira.

ADUFPB vai se reunir com o reitor para discutir assistência médica

A Diretoria Executiva da ADUFPB vai solicitar uma audiência, em caráter de urgência, com o reitor Rômulo Polari para discutir questões relacionadas à assistência médica aos docentes da universidade. O primeiro ponto em debate serão as mudanças no plano de saúde Geap, provisoriamente suspensas por decisão liminar desde o início do mês de julho graças a ação ajuizada pelas

assessorias jurídicas da ADUFPB e do Sintespb (Sindicato do Ensino Superior da Paraíba).

Atualmente, os servidores e docentes da UFPB pagam à Geap pela assistência médico-hospitalar 8% ao mês sobre o valor do salário por meio de desconto em folha de pagamento (diretamente no contracheque). Entretanto, no final do ano passado, a operadora anunciou que

iria alterar a forma de pagamento para uma parcela mensal fixa de R\$ 115,00 por pessoa.

Com essa mudança, um usuário que possui, por exemplo, cinco dependentes (filhos, esposa, marido ou outros parentes) poderá sofrer um aumento de até 91% na mensalidade. Hoje, esse servidor paga, em média, R\$ 360,00. Com a mudança, o valor pode subir para até R\$ 690,00.

PORTARIA NORMATIVA DO MPOG

O segundo ponto da reunião com o reitor Rômulo Polari diz respeito à implementação na UFPB da Portaria Normativa número 03/2009, do Ministério do Planejamento, que “estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC – sobre a Assistência à Saúde Suplementar”.

Com a publicação da Portaria, em 31 de julho, as instituições federais de ensino superior, por exemplo, podem estender o benefício do ressarcimento da contratada patronal a qualquer Plano de Saúde estabelecido no mercado e regulamentado na ANS (Agência Nacional de Saúde), que não necessariamente, como é o caso da UFPB, à Geap (Fundação

de Seguridade Social) a contratar serviços de assistência médico-hospitalar exclusivamente com a Geap Fundação de Seguridade Social.

Atualmente, além de participar do Conselho Consultivo da GEAP, a ADUFPB é signatária de um convênio com a UNIMED. Do ponto de vista da Diretoria, a sugestão à Administração é fazer uma migração das condições de carência desse convênio para a UFPB, de maneira a que estes professores sejam beneficiados pelos ressarcimentos.

Leia no link abaixo a Portaria Normativa 03/2009

<http://www.andes.org.br/2009/diario/diario.pdf>

ADUFPB participa de ato público contra a crise

Organizações de trabalhadores de todo o País, entre elas a ADUFPB, realizam na próxima sexta-feira (14) a Jornada Nacional Unificada de Lutas, que reunirá profissionais do campo e das cidades nas ruas, praças e avenidas do Brasil para protestar contra a crise, contras as demissões, e exigir emprego e melhores salários.

Em João Pessoa, a manifestação começará às 9h, na sede do Sindicato dos Correios, na avenida Duque de Caxias, Centro. Lá haverá uma mesa redonda sobre a crise atual do capitalismo e o lançamento da cartilha “Para Debater a Crise”. Ao meio-dia, será realizado um almoço da classe trabalhadora.

Às 14h, os trabalhadores seguem para o Ponto de Cem Réis, também no Centro, para um ato público. Em seguida, às 16h, o grupo seguirá para a Lagoa do Parque Solon de Lucena, onde será realizado um novo ato público.

Em Campina Grande, haverá concentração no Parque do Povo, a partir das 8h. Um ato público está programado para 10h, na Praça da Bandeira. Às 11h, haverá a saída da Marcha da Via Campesina, que seguirá a pé para um novo protesto em João Pessoa. A chegada do grupo está programada para o dia 1º de setembro.

Organização

DCE/UEPB, CUCA, SINTEP, SINTAB, INTERSINDICAL, ASSEMBLEIA POPULAR, MST, MAB, MLB, ADUEPB, ADUF-CG, SINDCOMERCIO, CTB, AJURC, Pastorais Sociais, Frente Paraibana, GRITO DOS/AS EXCLUÍDOS/AS, ADUFPB

PROGRAMAÇÃO

João Pessoa

■ 9:00 – Mesa redonda: “Para debater a crise atual do capitalismo” e Lançamento da Cartilha “Para Debater a Crise”.

Apresentação: Aparecida Ramos(UFPB) e Gleyson Ricardo (Assembléia Popular)

LOCAL: Sindicato dos Correios, na avenida Duque de Caxias, em João Pessoa

■ 12:00 – Almoço da classe trabalhadora
Mesmo local

■ 14:00 – Socialização das lutas dos movimentos sociais

■ 16:00 – ATO PÚBLICO com apresentação da Peça de teatro “A Bundade do Patrão” no Ponto de Cem Réis
Marcha até a Lagoa do Parque Solon de Lucena

Campina Grande

■ 8h: Concentração no Parque do Povo

■ 10h: Ato na Praça da Bandeira

■ 11h: Saída da Marcha da Via Campesina